

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	18.566.357	12.452.644
1.01	Ativo Circulante	5.116.922	4.417.515
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	958.988	938.375
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	705.878
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	705.878
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	705.878
1.01.03	Contas a Receber	2.343.544	2.039.712
1.01.03.01	Clientes	2.343.544	2.039.712
1.01.04	Estoques	13.412	10.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	103.381	65.119
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103.381	65.119
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.185	667
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	93.196	64.452
1.01.07	Despesas Antecipadas	32.380	29.308
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.665.217	628.857
1.01.08.03	Outros	1.665.217	628.857
1.01.08.03.01	Outros créditos	373.410	263.841
1.01.08.03.02	Derivativos	216.133	22.459
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	1.075.674	342.557
1.02	Ativo Não Circulante	13.449.435	8.035.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.894.383	5.640.766
1.02.01.04	Contas a Receber	72.536	67.701
1.02.01.04.01	Clientes	72.536	67.701
1.02.01.07	Tributos Diferidos	220.814	311.368
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	220.814	311.368
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.690	1.224
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.593.343	5.260.473
1.02.01.10.03	Derivativos	448.564	621.184
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	386.358	396.854
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	100.681	74.098
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	4.951.155	4.159.774
1.02.01.10.08	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	4.195.150	0
1.02.01.10.10	Outros créditos	7.835	8.563
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	503.600	0
1.02.04	Intangível	2.555.052	2.394.363
1.02.04.01	Intangíveis	2.555.052	2.394.363
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.793.484	1.807.257
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	761.568	587.106

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	18.566.357	12.452.644
2.01	Passivo Circulante	4.771.972	3.162.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	64.389	42.986
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	64.389	42.986
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	64.389	42.986
2.01.02	Fornecedores	2.095.379	1.627.663
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.095.379	1.627.663
2.01.03	Obrigações Fiscais	555.517	411.493
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	194.682	103.244
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.978	5.247
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	29.765	12.378
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	137.851	57.345
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	13.088	12.718
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre o Capital Proprio	0	15.556
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	359.018	305.905
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	359.018	305.905
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.817	2.344
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.817	2.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.055.518	162.709
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	771.205	149.590
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.607	73.928
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	690.598	75.662
2.01.04.02	Debêntures	284.313	13.119
2.01.04.02.01	Debêntures	284.313	13.119
2.01.05	Outras Obrigações	1.001.169	918.006
2.01.05.02	Outros	1.001.169	918.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59.929	230.843
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	255.798	154.688
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	472.962	490.999
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	212.480	41.476
2.02	Passivo Não Circulante	12.099.459	8.450.496
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.896.140	6.098.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.934.863	3.934.741
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.470.664	888.686
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.464.199	3.046.055
2.02.01.02	Debêntures	1.961.277	2.163.292
2.02.01.02.01	Debêntures	1.961.277	2.163.292
2.02.02	Outras Obrigações	6.063.639	2.210.512
2.02.02.02	Outros	6.063.639	2.210.512
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	1.828.860	2.011.934
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	35.946	21.552
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial	0	169.698
2.02.02.02.10	Fornecedores	3.683	7.328
2.02.02.02.11	PIS/COFINS devolução consumidores	4.195.150	0
2.02.04	Provisões	139.680	141.951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.680	141.951
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.050	3.098
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	70.372	72.655
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	63.879	65.438
2.02.04.01.05	Outros	379	760
2.03	Patrimônio Líquido	1.694.926	839.291
2.03.01	Capital Social Realizado	1.343.323	1.325.848
2.03.02	Reservas de Capital	109.293	126.767
2.03.02.07	Outros	109.293	126.767
2.03.04	Reservas de Lucros	848.885	848.885
2.03.04.01	Reserva Legal	171.913	171.913
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	676.972	676.972
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	864.491	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.471.066	-1.462.209

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.432.381	11.072.443	2.882.339	7.965.948
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.641.062	-9.033.238	-2.326.607	-6.472.521
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-3.048.157	-7.413.870	-1.851.732	-5.197.077
3.02.02	Custo de Operação - amortização	-68.556	-200.356	-63.643	-186.566
3.02.03	Custo de Operação - Outros	-178.643	-522.542	-147.970	-438.571
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-345.706	-896.470	-263.262	-650.307
3.03	Resultado Bruto	791.319	2.039.205	555.732	1.493.427
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-208.473	-556.035	-154.507	-497.478
3.04.01	Despesas com Vendas	-104.026	-280.914	-68.903	-229.936
3.04.01.01	Amortização	-544	-1.596	-592	-1.267
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-48.447	-114.037	-16.172	-66.957
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-55.035	-165.281	-52.139	-161.712
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-96.672	-259.290	-81.929	-253.780
3.04.02.01	Amortização	-9.886	-30.236	-10.077	-30.234
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-86.786	-229.054	-71.852	-223.546
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.775	-15.831	-3.675	-13.762
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-7.775	-15.831	-3.675	-13.762
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	582.846	1.483.170	401.225	995.949
3.06	Resultado Financeiro	-37.701	-81.113	-19.598	107.352
3.06.01	Receitas Financeiras	103.260	276.295	53.130	308.483
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.961	-357.408	-72.728	-201.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	545.145	1.402.057	381.627	1.103.301
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-166.826	-467.061	-134.977	-391.058
3.08.01	Corrente	-52.818	-371.944	-57.057	-54.902
3.08.02	Diferido	-114.008	-95.117	-77.920	-336.156
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	378.319	934.996	246.650	712.243
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	378.319	934.996	246.650	712.243
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,42959	1,06171	0,28007	0,80876

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	378.319	934.996	246.650	712.243
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.338	-8.857	12.820	181.862
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	169.042
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-2.338	-8.857	12.820	12.820
4.03	Resultado Abrangente do Período	375.981	926.139	259.470	894.105

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-105	1.881.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.925.371	1.527.063
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.402.056	1.103.301
6.01.01.02	Amortização	232.188	218.067
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	41.954	37.473
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	1.604	-2.116
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	120.037	92.129
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	13.495	11.252
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	114.037	66.957
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.925.476	354.266
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-422.099	14.342
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-64.845	6.122
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	18.276	3.241
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás	-12.154	14.812
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-1.198.103	467.094
6.01.02.07	Passivo Financeiro Setorial	-187.002	266.485
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-175.315	-166.392
6.01.02.11	Fornecedores	464.072	-146.472
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-363.213	-47.494
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	124.717	173.350
6.01.02.14	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-202.001	-97.474
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-127.183	-144.039
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	171.004	-23.713
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-56.342	-89.879
6.01.02.18	Adiantamento Eletrobrás	-6.921	6.857
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	111.633	117.426
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-197.873	-893.569
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	699.994	-297.302
6.02.03	Adições de Intangível	-897.867	-596.267
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	218.591	1.066.759
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	571.400	2.220.856
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-127.826	-1.329.704
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	5.860	305.607
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-230.843	-130.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.613	2.054.519
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	938.375	692.337
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	958.988	2.746.856

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.475	-17.475	0	-70.505	0	-70.505
5.04.01	Aumentos de Capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.505	0	-70.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	934.996	-8.857	926.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	934.996	0	934.996
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.857	-8.857
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	-8.857	-8.857
5.07	Saldos Finais	1.343.323	109.292	848.885	864.491	-1.471.066	1.694.925

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.475	-17.475	-576.335	0	0	-576.335
5.04.01	Aumentos de Capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-576.335	0	0	-576.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	712.243	181.862	894.105
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	712.243	0	712.243
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	181.862	181.862
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos de efeitos tributários	0	0	0	0	12.820	12.820
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	169.042	169.042
5.07	Saldos Finais	1.325.848	126.767	675.618	712.243	-1.000.285	1.840.191

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	16.331.309	12.128.608
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.550.782	11.547.459
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	894.564	648.106
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-114.037	-66.957
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.637.396	-6.885.842
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-8.218.456	-5.772.694
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.195.676	-929.411
7.02.04	Outros	-223.264	-183.737
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.693.913	5.242.766
7.04	Retenções	-233.569	-219.241
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-233.569	-219.241
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.460.344	5.023.525
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	290.768	320.207
7.06.02	Receitas Financeiras	290.768	320.207
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.751.112	5.343.732
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.751.112	5.343.732
7.08.01	Pessoal	436.050	381.820
7.08.01.01	Remuneração Direta	185.309	170.625
7.08.01.02	Benefícios	236.363	197.259
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.378	13.936
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.010.836	4.039.913
7.08.02.01	Federais	2.718.737	2.143.910
7.08.02.02	Estaduais	2.285.375	1.889.672
7.08.02.03	Municipais	6.724	6.331
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	369.230	209.756
7.08.03.01	Juros	367.428	208.172
7.08.03.02	Aluguéis	1.802	1.584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	934.996	712.243
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	70.504	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	864.492	712.243

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2021	2020	%	2021	2020	%
Receita operacional bruta	6.380.408	4.334.779	47,2%	16.445.345	12.195.564	34,8%
Fornecimento de energia elétrica (*)	4.014.802	3.249.588	23,5%	11.116.340	9.358.911	18,8%
Suprimento de energia elétrica	241.068	95.513	152,4%	599.637	326.812	83,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	345.128	262.774	31,3%	894.564	648.105	38,0%
Outras receitas operacionais	876.995	658.509	33,2%	2.449.700	1.811.440	35,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	902.415	68.395	1219,4%	1.385.105	50.295	2654,0%
Deduções da receita operacional	(1.948.027)	(1.452.440)	34,1%	(5.372.902)	(4.229.616)	27,0%
Receita operacional líquida	4.432.381	2.882.339	53,8%	11.072.443	7.965.948	39,0%
Custo com energia elétrica	(3.048.157)	(1.851.732)	64,6%	(7.413.870)	(5.197.077)	42,7%
Energia comprada para revenda	(2.633.810)	(1.470.339)	79,1%	(5.992.393)	(4.351.019)	37,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(414.347)	(381.393)	8,6%	(1.421.477)	(846.058)	68,0%
Custos e despesas operacionais	(801.379)	(629.380)	27,3%	(2.175.403)	(1.772.923)	22,7%
Pessoal	(106.246)	(97.162)	9,3%	(316.053)	(296.922)	6,4%
Entidade de previdência privada	(40.012)	(30.445)	31,4%	(120.037)	(92.129)	30,3%
Material	(23.386)	(18.128)	29,0%	(63.593)	(56.038)	13,5%
Serviço de terceiros	(106.316)	(91.341)	16,4%	(313.857)	(278.850)	12,6%
Amortização	(78.987)	(74.312)	6,3%	(232.187)	(218.067)	6,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(345.128)	(262.774)	31,3%	(894.564)	(648.105)	38,0%
Outros	(101.305)	(55.219)	83,5%	(235.113)	(182.813)	28,6%
Resultado do serviço	582.845	401.225	45,3%	1.483.170	995.949	48,9%
Resultado financeiro	(37.701)	(19.598)	92,4%	(81.113)	107.352	-175,6%
Receitas financeiras	103.260	53.131	94,3%	276.295	308.483	-10,4%
Despesas financeiras	(140.961)	(72.728)	93,8%	(357.408)	(201.131)	77,7%
Resultado antes dos tributos	545.145	381.628	42,8%	1.402.056	1.103.301	27,1%
Contribuição social	(44.393)	(35.995)	23,3%	(125.354)	(103.714)	20,9%
Imposto de renda	(122.433)	(98.982)	23,7%	(341.707)	(287.345)	18,9%
Resultado Líquido do Período	378.319	246.650	53,4%	934.996	712.243	31,3%
EBITDA	661.832	475.537	39,2%	1.715.357	1.214.017	41,3%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2021 foi de R\$ 6.380.408, apresentando aumento de 47,2% (R\$ 2.045.629) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 6.035.280, apresentando aumento de 48,2% (R\$ 1.963.275) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 23,5% (R\$ 765.214), principalmente pela (i) aumento de 27,4% na tarifa média (R\$ 878.533) decorrente do reajuste tarifário de abril de 2021 de 8,95% (percepção dos consumidores), e ao reajuste tarifário de 2020 de 6,05% iniciado apenas em agosto 2020 em decorrência da postergação devido a pandemia do coronavírus (COVID-19), associado ao aumento de 14,0% na aplicação da bandeira tarifária (vermelha patamar 2/escassez hídrica no 3º trimestre de 2021 comparada com verde no 3º trimestre de 2020) compensado pela (ii) redução de 2,7% (R\$ 113.319) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 152,4% (R\$ 145.555), composta principalmente por: (i) aumento na venda de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE) (R\$ 143.469) em decorrência do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças ("PLD") e (ii) aumento de venda para outras concessionárias (R\$ 2.086).
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 33,2% (R\$ 218.486) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 109.670) em função do reajuste

Comentário do Desempenho

tarifário de abril de 2021 e pelo aumento no volume de energia transportada em 12,1%; (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 77.216) decorrente da variação do indexador (IPCA); (iii) outras receitas e rendas (R\$ 16.177); (iv) baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 15.688), compensado pelo aumento (v) compensações pagas pelo não cumprimento de indicadores técnicos (R\$ 265).

- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento na receita de 1219,4% (R\$ 834.020) basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaques em: (i) diferimento de custo de energia, repasse de Itaipu, ESS/EER, outros componentes financeiros e CDE (R\$ 1.400.423), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 57.127), compensado pelas reduções (iii) sobrecontratação, neutralidade dos encargos setoriais, transporte de Itaipu, rede básica e PROINFA (R\$ 623.530).

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 2,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada nas classes industrial e comercial.

O consumo da classe residencial que representa 49,7% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou queda de 0,6% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências, e o efeito de temperatura que foi menor do que o registrado no mesmo período do ano passado.

A classe comercial representa 16,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 3,4% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é reflexo tanto do efeito de temperatura menor do que o ano passado quanto das migrações de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 10,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,6% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, a queda do consumo da classe industrial também foi impactada pelas migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 23,2% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 3,1% no 3º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos resultados negativos nas classes rural (queda de 7,5%) e serviço público (queda de 4,1% causada fundamentalmente pela movimentação de clientes para o mercado livre).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 3,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi queda de 0,6% no residencial, aumento de 6,6% no comercial, aumento de 9,3% no industrial e queda de 1,2% nas demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.948.027 apresentando aumento de 34,1% (R\$ 495.587) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 308.769) em função do aumento na base de cálculo; (ii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 117.748); (iii) CDE (R\$ 46.518) principalmente em função do aumento da cota CDE em 2021; (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 13.896); (v) PROINFA (R\$ 7.621) e (vi) outros (R\$ 1.035).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 3.048.157 apresentando aumento de 64,6% (R\$ 1.196.425) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente a:

Energia comprada para revenda: aumento de 79,1% (R\$ 1.163.471) em função: (i) aumento de 98,0% no preço médio (R\$ 1.587.112) justificado pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo decorrente do

Comentário do Desempenho

aumento do PLD no 3º trimestre de 2021; associado ao aumento (ii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 118.854); (iii) ressarcimento de geradoras (R\$ 7.555); e pela (iv) redução de 9,3% (R\$ 297.232) no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 8,6% (R\$ 32.954), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 126.172) principalmente pelo acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de preço principalmente pelas titulações Segurança Energética e *Unit Commitment*, associadas à importação de energia elétrica proveniente da Argentina e Uruguai – tais movimentos têm a finalidade de garantir o suprimento eletroenergético do Brasil, em contraponto à escassez hídrica; (ii) encargos de conexão (R\$ 1.287); (iii) encargos do uso do sistema de distribuição (R\$ 1.136); compensado por (iv) encargo de rede básica (R\$ 39.863) em função da redução do reajuste tarifário das Transmissoras; (iii) encargos de energia de reserva (R\$ 35.881); (iv) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 16.538); associado ao aumento (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.359).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 801.379 no 3º trimestre de 2021, apresentando aumento de 27,3% (R\$ 171.999) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 456.251, apresentando aumento de 24,5% (R\$ 89.645).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 377.265 neste trimestre, aumento de 29,1% (R\$ 84.970) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 9,3% (R\$ 9.084) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 31,4% (R\$ 9.567), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Material:** aumento de 29,0% (R\$ 5.258) principalmente em: (i) reposição Manutenção de Linhas e Redes (R\$ 2.432); (ii) manutenção da frota (R\$ 2.179) e (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 419).
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 16,4% (R\$ 14.975), principalmente em: (i) poda de árvore (R\$ 5.485); (ii) prestação de serviço para projetos Eficiência Energética (R\$ 2.487); (iii) reaviso, corte e religação (R\$ 1.941); (iv) manutenção de hardware/software (R\$ 1.429); (v) leitura de medidores de uso (R\$ 1.409); (vi) manutenção e conservação de edificações (R\$ 1.150) e (v) auditoria e consultoria (R\$ 810).
- v. **Outros:** aumento de 83,5% (R\$ 46.086), principalmente por: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 32.276); (ii) legais, judiciais e indenizações (R\$ 10.340); (iii) perda/ganho com alienação, desativação e outros de ativos não circulante (R\$ 2.298); (iv) taxa de acompanhamento de obras (R\$ 1.404), compensado parcialmente por (v) taxa de arrecadação (R\$ 217).

Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 6,3% (R\$ 4.675), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 37.701, variação de 92,4% (R\$ 18.103) em relação a despesa apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 94,3% (R\$ 50.129), principalmente pelos aumentos em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 30.168); (ii) atualização de ativo financeiro setorial (R\$ 16.123); (iii) créditos fiscais (R\$ 9.061); (iv) acréscimos e multas moratórias (R\$ 3.859); (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 2.137), compensado parcialmente por: (v) rendas de aplicações financeiras (R\$ 11.184).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 93,8% (R\$ 68.233), principalmente pelos aumentos em: (i) atualização monetárias e cambiais (R\$ 68.289); (ii) encargos de dívida (R\$ 5.388); compensado parcialmente por (iii) outras despesas financeiras (R\$ 2.945); (iv) atualização P&D e PEE (R\$ 1.192) associado ao aumento: (v) juros capitalizados (R\$ 928).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 3º trimestre de 2021, foram de R\$ 166.826, apresentando aumento de 23,6% (R\$ 31.849) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2021, um lucro líquido de R\$ 378.319 com aumento de 53,4% (R\$ 131.669), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2021, foi de R\$ 661.832, apresentando aumento de 39,2% (R\$ 186.295) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	958.988	938.375
Títulos e valores mobiliários	6	-	705.878
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.343.544	2.039.712
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	10.185	667
Outros tributos a compensar	8	93.196	64.451
Derivativos	31	216.133	22.459
Ativo financeiro setorial	9	1.075.674	342.557
Estoques		13.412	10.265
Outros ativos	12	405.790	293.149
Total do circulante		5.116.922	4.417.515
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	72.536	67.701
Depósitos judiciais	21	386.358	396.854
Outros tributos a compensar	8	100.681	74.098
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	4.195.150	-
Ativo financeiro setorial	9	503.600	-
Derivativos	31	448.564	621.184
Créditos fiscais diferidos	10	220.814	311.368
Ativo financeiro da concessão	11	4.951.155	4.159.774
Outros ativos	12	15.525	9.787
Ativo contratual	13	761.568	587.106
Intangível	14	1.793.484	1.807.257
Total do não circulante		13.449.435	8.035.129
Total do ativo		18.566.357	12.452.644

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	15	2.095.379	1.627.663
Empréstimos e financiamentos	16	771.205	149.589
Debêntures	17	284.313	13.119
Entidade de previdência privada	18	255.798	154.688
Taxas regulamentares	19	212.480	41.476
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	13.978	5.247
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	541.539	406.246
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	59.929	230.843
Obrigações estimadas com pessoal		64.389	42.986
Outras contas a pagar	22	472.963	490.999
Total do circulante		4.771.972	3.162.857
Não circulante			
Fornecedores	15	3.683	7.328
Empréstimos e financiamentos	16	3.934.864	3.934.741
Debêntures	17	1.961.277	2.163.292
Entidade de previdência privada	18	1.828.860	2.011.934
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	139.680	141.951
Passivo financeiro setorial	9	-	169.698
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	4.195.150	-
Outras contas a pagar	22	35.947	21.552
Total do não circulante		12.099.460	8.450.496
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		1.343.323	1.325.848
Reserva de capital		109.293	126.767
Reserva legal		171.913	171.913
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		676.972	676.972
Resultado abrangente acumulado		(1.471.066)	(1.462.209)
Lucros acumulados		864.491	-
Total do patrimônio líquido		1.694.926	839.291
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.566.357	12.452.644

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	25	4.432.381	11.072.443	2.882.339	7.965.948
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(3.048.157)	(7.413.870)	(1.851.732)	(5.197.077)
Custo com operação		(247.200)	(722.897)	(211.613)	(625.137)
Amortização		(68.556)	(200.356)	(63.643)	(186.566)
Outros custos com operação	27	(178.643)	(522.542)	(147.970)	(438.571)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(345.706)	(896.470)	(263.262)	(650.307)
Lucro operacional bruto		791.318	2.039.206	555.732	1.493.427
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(104.026)	(280.913)	(68.903)	(229.936)
Amortização		(544)	(1.596)	(592)	(1.267)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(48.447)	(114.037)	(16.172)	(66.957)
Outras despesas com vendas	27	(55.035)	(165.281)	(52.139)	(161.712)
Despesas gerais e administrativas		(96.672)	(259.290)	(81.929)	(253.780)
Amortização		(9.886)	(30.236)	(10.077)	(30.234)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(86.786)	(229.054)	(71.852)	(223.546)
Outras despesas operacionais		(7.774)	(15.833)	(3.674)	(13.763)
Outras despesas operacionais	27	(7.774)	(15.833)	(3.674)	(13.763)
Resultado do serviço		582.845	1.483.170	401.225	995.949
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		103.260	276.295	53.131	308.483
Despesas financeiras		(140.961)	(357.408)	(72.728)	(201.131)
		(37.701)	(81.113)	(19.598)	107.352
Lucro antes dos tributos		545.145	1.402.056	381.628	1.103.301
Contribuição social	10	(44.393)	(125.354)	(35.995)	(103.714)
Imposto de renda	10	(122.433)	(341.707)	(98.982)	(287.345)
		(166.826)	(467.061)	(134.977)	(391.059)
Lucro líquido do período		378.319	934.996	246.650	712.243
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,43	1,06	0,28	0,81

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	378.319	934.996	246.650	712.243
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	169.041
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(2.338)	(8.857)	12.820	12.820
Resultado abrangente do período	375.981	926.139	259.470	894.105

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.325.848	126.767	171.913	676.972	(1.462.209)	-	839.291
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	934.996	934.996
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(8.857)	-	(8.857)
Transações de capital com os acionistas							
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(70.504)	(70.504)
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.343.323	109.293	171.913	676.972	(1.471.066)	864.491	1.694.926

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.308.373	144.242	123.315	109.658	442.645	576.335	(1.182.147)	-	1.522.421
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	712.243	712.243
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	169.042	-	169.042
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	12.820	-	12.820
Transações de capital com os acionistas									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(576.335)	-	-	(576.335)
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.325.848	126.768	123.315	109.658	442.645	-	(1.000.285)	712.243	1.840.191

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Lucro antes dos tributos	1.402.056	1.103.301
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	232.188	218.067
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	41.954	37.473
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	114.037	66.957
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.604	(2.116)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	120.037	92.129
Perda (ganho) na baixa de não circulante	13.495	11.252
	1.925.371	1.527.063
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(422.099)	14.342
Tributos a compensar	(64.845)	6.122
Depósitos judiciais	18.276	3.241
Ativo financeiro setorial	(1.198.103)	467.094
Contas a receber - CDE	(12.154)	14.812
Outros ativos operacionais	(175.315)	(166.392)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	464.072	(146.472)
Outros tributos e contribuições sociais	124.717	173.350
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(202.001)	(97.474)
Taxas regulamentares	171.004	(23.713)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(56.342)	(89.879)
Passivo financeiro setorial	(187.002)	266.485
Contas a pagar - CDE	(6.921)	6.857
Outros passivos operacionais	111.633	117.426
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	490.291	2.072.862
Encargos de dívida e debêntures pagos	(127.183)	(144.039)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(363.213)	(47.494)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(105)	1.881.329
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(599.998)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	699.994	302.695
Adições de ativo contratual	(897.867)	(596.266)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(197.873)	(893.570)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	571.400	2.220.856
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(127.826)	(1.329.704)
Liquidação de operações com derivativos	5.860	305.607
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(230.843)	(130.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	218.591	1.066.759
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	20.613	2.054.519
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	938.375	692.337
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	958.988	2.746.856

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	9 meses de 2021	9 meses de 2020
1 - Receita	16.331.309	12.128.608
1.1 Receita de venda de energia e serviços	15.550.782	11.547.459
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	894.564	648.105
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(114.037)	(66.957)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(9.637.394)	(6.885.842)
2.1 Custo com energia elétrica	(8.218.456)	(5.772.694)
2.2 Material	(598.175)	(433.142)
2.3 Serviços de terceiros	(597.501)	(496.269)
2.4 Outros	(223.262)	(183.737)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	6.693.914	5.242.766
4 - Retenções	(233.569)	(219.240)
4.1 Amortização	(233.569)	(219.240)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	6.460.345	5.023.525
6 - Valor adicionado recebido em transferência	290.768	320.207
6.1 Receitas financeiras	290.768	320.207
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	6.751.112	5.343.732
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	436.050	381.820
8.1.1 Remuneração direta	185.309	170.625
8.1.2 Benefícios	236.363	197.259
8.1.3 F.G.T.S	14.378	13.936
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.010.837	4.039.914
8.2.1 Federais	2.718.737	2.143.910
8.2.2 Estaduais	2.285.375	1.889.672
8.2.3 Municipais	6.724	6.332
8.3 Remuneração de capital de terceiros	369.230	209.756
8.3.1 Juros	367.428	208.172
8.3.2 Aluguéis	1.802	1.584
8.4 Remuneração de capital próprio	934.996	712.243
8.4.2 Juros sobre Capital Próprio	70.504	-
8.4.1 Lucros retidos	864.491	712.243
	6.751.112	5.343.732

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;

Notas Explicativas

- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas, no período dos nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica,

Notas Explicativas

mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de novembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados);
- Nota 8.1 – Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e

Notas Explicativas

COFINS);

- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação

Notas Explicativas

compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	30.305	86.758
Aplicações financeiras	928.683	851.617
Títulos de crédito privado (a)	584.882	827.104
Operações compromissadas (b)	343.801	24.513
Total	<u>958.988</u>	<u>938.375</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 584.882 (R\$ 827.104 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,32% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (101,63% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 87,59% do CDI (80,73% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação direta	-	705.878
Total	<u>-</u>	<u>705.878</u>

Notas Explicativas

Representava valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), cuja remuneração é equivalente, na média de 100% da SELIC em 31 de dezembro de 2020.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	508.730	346.476	54.082	909.288	788.882
Industrial	45.656	29.257	44.866	119.779	103.451
Comercial	105.665	41.470	11.007	158.142	138.268
Rural	51.221	11.856	2.488	65.565	45.213
Poder público	40.233	5.437	4.865	50.535	32.496
Iluminação pública	85.851	3.731	1.407	90.989	43.491
Serviço público	47.541	10.542	3.942	62.025	60.079
Faturado	884.898	448.769	122.657	1.456.324	1.211.879
Não faturado	762.591	-	-	762.591	731.886
Parcelamento de débito de consumidores	133.929	32.445	21.975	188.349	154.122
Operações realizadas na CCEE	117.987	-	-	117.987	90.849
Concessionárias e permissionárias	20.657	-	-	20.657	6.796
Outros	11	-	-	11	-
	1.920.072	481.214	144.632	2.545.918	2.195.533
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(202.373)	(155.820)
Total				2.343.544	2.039.712
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	67.532	-	-	67.532	62.698
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	72.536	-	-	72.536	67.701

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(155.820)	(8.223)	(164.044)
Provisão revertida (constituída) liquida	(181.001)	(604)	(181.605)
Recuperação de receita	67.568	-	67.568
Baixa de contas a receber provisionadas	66.880	-	66.880
Saldo em 30/09/2021	(202.373)	(8.827)	(211.201)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(8) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.185	667
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.185	667
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.907	9.675
ICMS a compensar	64.211	52.227
Programa de integração social - PIS	4.437	433
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	16.522	1.997
Outros	119	119
Outros tributos a compensar	93.196	64.451
Total circulante	103.381	65.118
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	100.681	74.098
Outros tributos a compensar	100.681	74.098
Total não circulante	100.681	74.098

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<u>Ativo</u>	<u>30/09/2021</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS sobre ICMS	748.324
COFINS sobre ICMS	3.446.826
Total não circulante	4.195.150
<u>Passivo</u>	<u>30/09/2021</u>
<u>Não circulante</u>	
PIS/COFINS devolução consumidores	4.195.150

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, embora a ação da Companhia ainda não tenha decisão final transitado em julgado, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 4.087.795.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Notas Explicativas

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

Em outubro de 2021 a Companhia obteve o trânsito em julgado, vide nota 33.1.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 30/09/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	273.602	151.356	424.958	1.293.519	(276.946)	21.957	1.316.743	146.745	1.463.488
CVA (*)									
CDE (**)	(35)	37.628	37.593	(17.618)	(48.216)	485	(38.893)	11.137	(27.756)
Custos energia elétrica	(1.805)	49.118	47.313	363.304	57.008	(917)	586.168	(119.460)	466.708
ESS e EER (***)	100.921	(68.293)	32.627	109.210	27.587	(666)	126.548	42.211	168.759
Proinfa	(756)	(3.618)	(4.375)	16.744	(3.772)	260	975	7.882	8.857
Rede básica	152.547	29.608	182.155	34.292	(88.613)	3.983	69.829	61.988	131.817
Repasse de Itaipu	217.936	137.956	355.892	793.858	(266.590)	16.631	739.452	160.339	899.791
Transporte de Itaipu	19.858	5.426	25.284	(6.661)	(11.555)	479	(83)	7.629	7.546
Neutralidade dos encargos setoriais	(86.120)	455	(85.665)	41.282	3.183	(234)	(37.051)	(4.383)	(41.434)
Sobrecontratação	(128.944)	(36.923)	(165.867)	(40.891)	54.021	1.937	(130.202)	(20.598)	(150.800)
Outros componentes financeiros (a)	(251.914)	(185)	(252.099)	358.516	10.015	(646)	127.628	(11.842)	115.786
Total	21.688	151.171	172.859	1.652.036	(266.931)	21.310	1.444.371	134.903	1.579.274
Ativo circulante			342.557						1.075.674
Ativo não circulante			-						503.600
Passivo não circulante			(169.698)						-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

(a) Refere-se principalmente (i) componente financeiro ativo relativo à postergação da tarifa que será reconhecido no RTA de 2022 e (ii) devolução de ultrapassagem de demanda e excedente reativo.

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/09/2021	31/12/2020
Crédito de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	28.525	31.994
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	29.925	50.427
Subtotal	58.451	82.421
Crédito de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	79.237	88.873
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	83.126	140.074
Subtotal	162.363	228.947
Total	220.814	311.368

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/09/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.399	37.219	13.541	37.615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.008	52.801	14.764	41.011
Provisão energia livre	7.536	20.934	7.376	20.490
Programas de P&D e eficiência energética	12.212	33.922	13.108	36.410
Provisão relacionada a pessoal	1.593	4.426	2.435	6.764
Marcação a Mercado- Derivativos	(3.854)	(10.704)	(3.442)	(9.561)
Marcação a Mercado- Dívidas	3.063	8.508	(659)	(1.831)
Derivativos	(56.296)	(156.378)	(55.399)	(153.886)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.575)	(4.374)	(1.766)	(4.906)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(117.616)	(326.711)	(90.884)	(252.456)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	720	1.999	826	2.294
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	130.760	363.222	130.760	363.222
Marcação a Mercado- Derivativos	327	908	913	2.536
Marcação a Mercado- Dívidas	(965)	(2.680)	(2.759)	(7.663)
Total	29.925	83.126	50.427	140.074

10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	545.145	1.402.056	381.628	1.103.301
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	172	568	264	837
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.463)	(3.766)	-	(1.818)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	19.895	60.649	17.236	46.826
Despesa Juros sobre o capital próprio	(70.504)	(70.504)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.010	3.819	818	3.236
Base de cálculo	493.254	1.392.823	399.946	1.152.382
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(44.393)	(125.354)	(35.995)	(103.714)
Corrente	(14.214)	(100.175)	(15.312)	(14.732)
Diferido	(30.179)	(25.179)	(20.683)	(88.982)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas

	IRPJ			
	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	545.145	1.402.056	381.628	1.103.301
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.463)	(3.766)	-	(1.818)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	19.895	60.649	17.236	46.826
Despesa Juros sobre o capital próprio	(70.504)	(70.504)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.341)	(21.609)	(2.935)	1.068
Base de cálculo	489.731	1.366.827	395.929	1.149.377
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(122.433)	(341.707)	(98.982)	(287.345)
Corrente	(38.603)	(271.768)	(41.745)	(40.170)
Diferido	(83.830)	(69.939)	(57.237)	(247.175)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	4.159.774
Transferência - ativo contratual	506.414
Transferência - intangível em serviço	(1.293)
Ajuste ao valor justo	306.614
Baixas	(20.353)
Saldo em 30/09/2021	4.951.155

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No período de nove meses de 2021, o valor das baixas de R\$ 20.353 (R\$ 9.692 no período de nove meses de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 9.592 (R\$ 4.534 no período de nove meses de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 10.761 (R\$ 5.158 no período de nove meses de 2020).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.063	3.256	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	812	54	-	794
Ordens em curso	201.487	146.508	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Serviços prestados a terceiros	22.594	6.956	-	-
Despesas antecipadas	32.379	29.308	7.690	1.224
Contas a receber - CDE (*)	69.527	57.373	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.628	6.547	-	-
Arrendamentos e aluguéis	30.444	21.633	-	-
Outros	40.683	29.738	1.512	1.445
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.827)	(8.223)	-	-
Total	405.790	293.149	15.525	9.787

Notas Explicativas

(*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 14.117 (R\$ 12.456 em 31 de dezembro de 2020), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 55.410 (R\$ 44.917 em 31 de dezembro de 2020) (nota 25.3).

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	587.106
Adições	910.221
Transferência - Intangível em serviço	(229.345)
Transferência - Ativo financeiro	(506.414)
Saldo em 30/09/2021	761.568

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	<u>Direito de concessão</u>		
	<u>Infraestrutura de distribuição - em serviço</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2020	1.805.639	1.618	1.807.257
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)
Amortização	(233.117)	(452)	(233.569)
Transferência - ativo contratual	229.345	-	229.345
Transferência - ativo financeiro	1.293	-	1.293
Baixa e transferência - outros ativos	(10.841)	-	(10.841)
Saldo em 30/09/2021	1.792.318	1.166	1.793.484
Custo histórico	5.898.562	9.555	5.908.117
Amortização acumulada	(4.106.244)	(8.389)	(4.114.633)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(15) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	113.132	121.821
Suprimento de energia elétrica	1.535.701	1.030.419
Encargos de uso da rede elétrica	122.784	151.289
Materiais e serviços	199.477	202.908
Energia livre	124.286	121.226
Total	<u>2.095.379</u>	<u>1.627.663</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	3.683	7.328
Total	<u>3.683</u>	<u>7.328</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 30/09/2021</u>
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
IPCA	978.388	571.400	(57.133)	105.193	-	(32.600)	1.565.249
Gastos com captação (*)	(15.775)	-	-	1.797	-	-	(13.977)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.612.275	-	(70.693)	33.826	66.643	(33.678)	1.608.373
Euro	1.547.419	-	-	6.471	(24.277)	(6.501)	1.523.113
Marcação a mercado	(37.977)	-	-	61.289	-	-	23.312
Total ao valor justo	<u>3.121.717</u>	<u>-</u>	<u>(70.693)</u>	<u>101.586</u>	<u>42.366</u>	<u>(40.178)</u>	<u>3.154.797</u>
Total	<u>4.084.330</u>	<u>571.400</u>	<u>(127.826)</u>	<u>208.577</u>	<u>42.366</u>	<u>(72.778)</u>	<u>4.706.069</u>
Circulante	149.589						771.205
Não circulante	3.934.741						3.934.864

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (a)	1.565.249	978.388	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Total moeda nacional		1.565.249	978.388		
Gastos com captação (*)		(13.977)	(15.775)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%	319.611	375.993	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%	1.288.762	1.236.282	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.608.373	1.612.275		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%	1.523.113	1.547.419	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.523.113	1.547.419		
Marcação a mercado		23.312	(37.977)		
Total moeda estrangeira		3.154.797	3.121.717		
Total		4.706.069	4.084.330		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de setembro de 2021 as perdas acumuladas não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 23.312 (ganhos de R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2020), deduzido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 39.184 (R\$ 28.099 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 15.872 (R\$ 66.076 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2022	16.493
2023	1.953.436
2024	321.407
2025	572.228
2026	142.590
2027	918.776
Subtotal	3.924.929
Marcação a mercado	9.934
Total	3.934.864

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados	Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2021					
Moeda nacional - IPCA - BNDES							
BNDES Direto	312.596	135.778	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
BNDES Direto	1.002.912	435.622	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
	<u>1.315.507</u>	<u>571.400</u>					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2021, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00;

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(17) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2021
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	1.382.428	36.847	(16.450)	1.402.826
IPCA	804.799	85.425	(37.955)	852.268
Total ao custo	2.187.227	122.272	(54.405)	2.255.094
Gastos com captação (*)	(10.816)	1.313	-	(9.503)
Total	2.176.411	123.584	(54.405)	2.245.590
Circulante	13.119			284.313
Não circulante	2.163.292			1.961.277

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/09/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	107% do CDI	(a) 1.402.826	1.382.428	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b) 852.268	804.799	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Total	2.255.094	2.187.227		
	Gastos com captação (*)	(9.503)	(10.816)		
Total		2.245.590	2.176.411		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2023	902.034
2024	904.555
2025	51.379
2026	51.379
2027	51.931
Total	1.961.277

Notas Explicativas

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

18.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	2.158.595
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	120.037
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(202.429)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2021	2.076.203
Outras contribuições	8.455
Total passivo	2.084.657
Circulante	255.798
Não circulante	1.828.860

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses</u> <u>2021</u>	<u>9 meses</u> <u>2020</u>
Custo do serviço	1.257	1.024
Juros sobre obrigações atuariais	397.635	342.043
Rendimento esperado dos ativos do plano	(278.855)	(256.240)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	5.302
Total da despesa (receita)	120.037	92.129

Notas Explicativas

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.453	1.115
Conta de desenvolvimento energético - CDE	28.645	1.318
Bandeiras tarifárias e outros	182.381	39.043
Total	<u>212.480</u>	<u>41.476</u>

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo em 30 de setembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2 - escassez hídrica) faturada em setembro de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). E o saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	13.826	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	152	5.157
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>13.978</u>	<u>5.157</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	359.018	305.905
Programa de integração social - PIS	29.765	12.352
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	137.851	57.227
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	15.556
Outros	14.904	15.063
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>541.539</u>	<u>406.104</u>
Total	<u>555.517</u>	<u>411.261</u>

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

Notas Explicativas**(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	70.372	21.423	72.655	23.728
Cíveis	63.879	7.377	65.438	20.574
Fiscais				
Imposto de renda	-	260.290	-	255.118
Outras	5.050	97.268	3.098	97.433
	5.050	357.558	3.098	352.551
Outros	379	-	760	-
Total	139.680	386.358	141.951	396.854

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2021
Trabalhistas	72.655	6.958	(1.556)	(13.132)	5.446	70.372
Cíveis	65.438	28.364	(4.137)	(34.544)	8.757	63.879
Fiscais	3.098	7.001	(4.282)	(807)	40	5.050
Outros	760	7.464	(1)	(7.860)	15	379
Total	141.951	49.787	(9.975)	(56.342)	14.258	139.680

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	30/09/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	108.778	113.315	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	560.530	536.279	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.658.542	1.659.044	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - Outros	493.464	471.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	42.020	23.995	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
Total	2.863.335	2.804.307	

Fiscais - Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.508.446

Notas Explicativas

havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 23.373 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.886.975, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 259.379 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao Agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão foi objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso. Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF e na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	57.167	50.913	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	196.668	175.297	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	87.134	93.064	26.378	9.199
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	27.968	15.546	-	-
Adiantamentos	9.504	56.502	4.696	5.863
Descontos tarifários - CDE	-	6.921	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	4.356	7.332	-	-
Participação nos lucros	20.354	29.862	3.645	5.155
Convênios de arrecadação	44.268	49.953	-	-
Outros	25.385	5.449	1.227	1.334
Total	472.963	490.999	35.947	21.552

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Programas de eficiência energética - PEE e pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº

Notas Explicativas

904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020, sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 142.692, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029625; (ii) Juros sobre Capital Próprio (“JCP”), no valor total de R\$ 103.707 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários).

Na AGE de 26 de agosto de 2021, foi aprovada a destinação de Juros sobre capital próprio, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021, no valor de R\$ 70.504. Os pagamentos serão efetuados em datas a serem definidas pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa de cada empresa.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 142.692 referente a dividendos e R\$ 88.151 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 230.843.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	378.319	934.996	246.650	712.243
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	0,43	1,06	0,28	0,81

Notas Explicativas

Para os trimestres e os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	2.162.619	6.154.153	1.725.183	5.093.428
Industrial	390.773	1.075.284	322.903	911.564
Comercial	705.566	2.056.732	569.452	1.816.104
Rural	218.990	513.378	170.230	387.158
Poderes públicos	111.296	314.883	81.807	268.524
Iluminação pública	149.909	382.939	105.195	307.225
Serviço público	225.869	607.597	178.467	504.041
Fornecimento faturado	3.965.022	11.104.967	3.153.236	9.288.044
Fornecimento não faturado (líquido)	49.780	11.373	96.352	70.867
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.631.035)	(4.836.350)	(1.453.179)	(4.177.968)
Fornecimento de energia elétrica	2.383.767	6.279.990	1.796.409	5.180.944
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	14.785	44.093	12.699	42.067
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.867)	(7.908)	(2.348)	(6.242)
Energia elétrica de curto prazo	226.283	555.544	82.814	284.745
Suprimento de energia elétrica	238.201	591.729	93.165	320.570
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.633.902	4.844.258	1.455.527	4.184.211
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	540.145	1.552.403	430.476	1.194.822
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(5.093)	(27.806)	(4.829)	(18.501)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	345.128	894.564	262.774	648.105
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	902.415	1.385.105	68.395	50.295
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	109.334	297.022	32.118	62.621
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	167.337	445.237	151.649	426.792
Outras receitas e rendas	65.272	182.844	49.095	145.706
Outras receitas operacionais	3.758.440	9.573.627	2.445.205	6.694.051
Total da receita operacional bruta	6.380.408	16.445.345	4.334.779	12.195.565
Deduções da receita operacional				
ICMS	(797.112)	(2.284.043)	(636.736)	(1.888.329)
PIS	(92.578)	(243.241)	(66.477)	(189.717)
COFINS	(426.420)	(1.123.077)	(304.128)	(871.781)
ISS	(150)	(446)	(130)	(405)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(445.017)	(1.389.699)	(398.499)	(1.239.762)
Programa de P & D e eficiência energética	(39.773)	(98.930)	(25.877)	(72.606)
PROINFA	(24.705)	(69.638)	(17.084)	(57.547)
Bandeiras tarifárias e outros	(117.912)	(151.762)	(164)	100.037
Outros	(4.360)	(12.066)	(3.346)	(9.507)
	(1.948.027)	(5.372.902)	(1.452.440)	(4.229.616)
Receita operacional líquida	4.432.381	11.072.443	2.882.339	7.965.948

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	2.398	7.557	2.414	7.299
Industrial	496	1.505	519	1.470
Comercial	812	2.667	841	2.739
Rural	372	926	402	899
Poderes públicos	136	435	127	430
Iluminação pública	255	760	257	762
Serviço público	311	942	324	945
Fornecimento faturado	4.780	14.792	4.884	14.543
Consumo próprio	5	16	5	15
Fornecimento de energia elétrica	4.785	14.807	4.888	14.558
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	40	132	41	142
Energia elétrica de curto prazo	388	2.020	908	2.822
Suprimento de energia elétrica	428	2.152	949	2.964

Notas Explicativas

Nº de Consumidores	30/09/2021	30/09/2020
Classe de consumidores		
Residencial	4.365.738	4.251.361
Industrial	25.648	26.869
Comercial	236.003	240.856
Rural	80.659	81.356
Poderes públicos	29.141	28.838
Iluminação pública	6.628	8.781
Serviço público	5.292	5.159
Consumo próprio	468	456
Total	4.749.577	4.643.676

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 2.854, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória nº 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21 de abril de 2021.

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2021, foi registrada receita de R\$ 445.237 (R\$ 426.792 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2020), sendo (i) R\$ 60.205 (R\$ 76.312 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 341.253 (R\$ 330.286 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2020) referentes a descontos tarifários, (iii) R\$ 43.779 (R\$ 20.158 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 36 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2020 de desconto tarifário – liminares.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequentes ao processo tarifário da distribuidora.

Notas Explicativas**(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	430.886	1.232.293	451.678	1.314.800
PROINFA	41.810	130.363	37.923	106.834
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.420.580	5.212.701	1.121.349	3.355.355
Crédito de PIS e COFINS	(259.465)	(582.963)	(140.611)	(425.970)
Subtotal	2.633.810	5.992.393	1.470.339	4.351.019
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	280.327	966.010	320.190	787.276
Encargos de transporte de itaipu	24.170	100.086	40.708	104.744
Encargos de conexão	8.603	24.230	7.316	21.460
Encargos de uso do sistema de distribuição	5.723	15.658	4.588	13.150
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	134.300	396.981	8.128	(89.050)
Encargos de energia de reserva - EER	3.456	63.398	39.337	94.712
Crédito de PIS e COFINS	(42.233)	(144.886)	(38.874)	(86.235)
Subtotal	414.347	1.421.477	381.393	846.058
Total	3.048.157	7.413.870	1.851.732	5.197.077

(*) Conta de energia de reserva

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda - GWh</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.185	3.504	1.237	3.669
PROINFA	130	357	130	364
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	4.950	16.122	5.539	16.490
Total	6.265	19.984	6.907	20.523

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	72.544	67.566	-	-	11.321	9.741	22.381	19.855	-	-	106.246	97.163
Entidade de previdência privada	40.012	30.445	-	-	-	-	-	-	-	-	40.012	30.445
Material	21.602	16.933	159	106	161	220	1.463	869	-	-	23.386	18.128
Serviços de terceiros	43.511	32.625	412	377	32.729	31.050	29.663	27.289	-	-	106.316	91.341
Custos com construção da infraestrutura	-	-	345.128	262.774	-	-	-	-	-	-	345.128	262.774
Outros	974	401	7	5	10.823	11.128	33.279	23.839	7.774	3.674	52.857	39.047
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	10.844	11.060	-	-	-	-	10.844	11.060
Arrendamentos e aluguéis	87	-	-	-	-	-	531	551	-	-	618	551
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.353	1.131	-	-	1.353	1.131
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	29.220	18.881	-	-	29.220	18.881
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	286	217	-	-	286	217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	7.003	2.863	7.003	2.863
Outros	887	401	7	5	(20)	68	1.889	3.059	772	811	3.534	4.344
Total	178.643	147.970	345.706	263.262	55.035	52.139	86.786	71.852	7.774	3.674	673.943	538.896

	9 meses											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	220.786	204.591	-	-	32.232	33.020	63.036	59.311	-	-	316.053	296.922
Entidade de previdência privada	120.037	92.129	-	-	-	-	-	-	-	-	120.037	92.129
Material	59.472	47.901	500	548	322	726	3.299	6.863	-	-	63.593	56.038
Serviços de terceiros	119.817	92.732	1.342	1.636	99.751	93.889	92.947	90.593	-	-	313.857	278.850
Custos com construção da infraestrutura	-	-	894.564	648.105	-	-	-	-	-	-	894.564	648.105
Outros	2.431	1.218	63	18	32.976	34.077	69.773	66.779	15.833	13.763	121.076	115.856
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	33.026	33.861	-	-	-	-	33.026	33.861
Arrendamentos e aluguéis	87	-	-	-	-	-	1.601	1.541	-	-	1.689	1.541
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	4.095	3.909	-	-	4.095	3.909
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	55.916	49.234	-	-	55.916	49.234
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.074	2.109	-	-	1.074	2.109
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	13.495	11.252	13.495	11.252
Outros	2.343	1.218	63	18	(50)	216	7.087	9.986	2.338	2.511	11.782	13.950
Total	522.542	438.571	896.470	650.307	165.281	161.712	229.054	223.546	15.833	13.763	1.829.180	1.487.899

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2021		2020	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	7.637	21.292	18.821	50.728
Acréscimos e multas moratórias	37.816	116.656	33.957	106.827
Atualização de créditos fiscais	11.031	16.366	1.970	2.920
Atualização de depósitos judiciais	3.791	7.780	1.654	7.389
Atualizações monetárias e cambiais	21.235	83.886	(8.933)	121.809
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.907	5.031	3.296	6.314
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	18.003	21.310	1.880	10.853
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(5.330)	(14.473)	(3.965)	(11.724)
Outros	6.170	18.447	4.452	13.365
Total	103.260	276.295	53.131	308.483
Despesas				
Encargos de dívidas	(58.268)	(150.284)	(52.880)	(154.890)
Atualizações monetárias e cambiais	(83.158)	(207.521)	(14.869)	(35.931)
(-) Juros capitalizados	3.917	10.972	2.979	8.010
Outros	(3.452)	(10.574)	(7.958)	(18.318)
Total	(140.961)	(357.408)	(72.728)	(201.131)
Resultado financeiro	(37.701)	(81.113)	(19.598)	107.352

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 20.402 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (ganhos de R\$1.060.543 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) (nota 31).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 5.127 (R\$ 6.160 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020). Este valor é composto por R\$ 5.008 (R\$ 5.922 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 119 (R\$ 238 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	31/12/2020	9 meses 2021	9 meses 2020
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	107.667	86.268
Intangível, materiais e prestação de serviço			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	208

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	9 meses 2021	9 meses 2020	9 meses 2021	9 meses 2020
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(92)	(101)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	1	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.140	1.045	1.576	1.283	-	-	3.047	1.442
Companhia Jaguarí de Energia	624	576	159	208	-	-	(4.257)	(4.043)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.508	1.868	242	345	-	-	(17.541)	(15.973)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(28)	(108)
CPFL Energia S.A.	83	58	-	-	-	-	(659)	(527)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Renováveis - Consolidado	51	-	61	-	-	-	(171)	(111)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	3	-	-	-	-	-	(25)	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	2	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(12)	(13)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	186	153	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	901	739	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	108	89	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	108	89	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	37	163	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	285	-	-	-	352	166	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	67	-	-	-	41	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	246	276	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	24	20	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	59.929	230.843	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	131	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	212	-	2	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	14.234	1.120	31.850	21.269	-	95	194.903	40.416
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	2.705	2.805	-	-	25.652	19.859
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	-	-	561	509	-	-	4.947	4.477
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	27	-	-	93	59	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	1.026	-	-	85	11.785	4.371
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.083	-	-	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	978	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	507	468	-	-	4.636	3.887
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	119	436	-	-	3.583	3.258
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	700	418	-	-	5.422	4.061
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	12	19	-	-	118	181	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	20	-	-	112	201	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.867	1.617	-	-	15.120	11.853	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	116.592
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	22	22	-	-	193	184
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	27.866	11.339	-	-	103.719	22.346
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	413	362	-	-	3.094	2.955
Campos Novos Energia S.A.	-	-	56.732	44.888	-	-	235.064	193.766
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	14.391	11.344	-	-	119.924	97.977
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	36.072	29.020	-	-	294.861	243.696
CPFL Renováveis - Consolidado	357	333	18.219	14.505	4.479	4.044	152.153	9.531
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	302	284	-	-	7.498	7.314
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	63	62	-	-	9.220	8.478
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	854	2.109

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 25.036 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 (R\$ 140.439 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

Notas Explicativas

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	958.988	958.988
Derivativos	31	(a)	Nível 2	664.697	664.697
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.951.155	4.951.155
Total				6.574.841	6.574.841
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.551.271	1.551.271
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.154.798	3.154.798
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.245.590	2.224.459
Total				6.951.659	6.930.527

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 61.289 nos 9 meses findos em 30 de Setembro de 2021 (um ganho de R\$ 82.086 nos 9 meses findos em 30 de Setembro de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de

Notas Explicativas

Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	435.526	435.526	397.930	37.596	US\$ + (Libor 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.202.072
Empréstimos bancários - Lei 4.131	229.172	229.172	227.584	1.588	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1,10%	fev/22 a mar/23	1.289.379
Total	664.697	664.697	625.514	39.184				
Circulante	216.133							
Não circulante	448.564							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2021
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	615.544	15.830	(5.860)	625.514
Marcação a mercado (*)	28.099	11.084	-	39.184
Total	643.643	26.914	(5.860)	664.697
Ativo circulante	22.459			216.133
Ativo não circulante	621.184			448.564

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 11.084, para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente		
	2021		2020		2021		2020
Risco protegido / operação	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses	9 meses
Variação cambial	218.931	15.830	210.291	1.042.050	-	-	-
Marcação a mercado	(22.289)	4.572	(18.876)	18.493	649	6.512	(108)
Total	196.642	20.402	191.415	1.060.543	649	6.512	(108)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 306.614 (R\$ 67.155 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

Notas Explicativas

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.635.323)		(67.735)	358.029	783.794
Derivativos - swap plain vanilla	1.663.145		68.887	(364.121)	(797.129)
	27.822	baixa dólar	1.152	(6.092)	(13.335)
Instrumentos financeiros passivos	(1.519.474)		(138.069)	276.317	690.703
Derivativos - swap plain vanilla	1.537.798		139.733	(279.650)	(699.032)
	18.324	baixa euro	1.664	(3.333)	(8.329)
Total	46.145		2.817	(9.424)	(21.663)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			495	(2.309)	(5.113)
Efeitos no resultado do período			2.322	(7.115)	(16.550)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.09.2021 foi de R\$ 5,44 para o dólar e R\$ 6,30 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,66 e R\$ 6,87 e a depreciação cambial de 4,14% e 9,09%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	929.495				86.629	108.286	129.943
Instrumentos financeiros passivos	(1.402.826)				(130.743)	(163.429)	(196.115)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.536.245)				(236.378)	(295.473)	(354.567)
	(3.009.576)	alta CDI	2,99%	9,32%	(280.492)	(350.616)	(420.739)
Instrumentos financeiros passivos	(2.417.517)				(160.281)	(120.211)	(80.141)
Ativo financeiro da concessão	4.951.155				328.262	246.196	164.131
	2.533.638	baixa IPCA	10,25%	6,63%	167.981	125.985	83.990
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.579.274				147.188	110.391	73.594
	1.579.274	baixa SELIC	2,99%	9,32%	147.188	110.391	73.594
Total	1.103.337				34.677	(114.240)	(263.155)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(339)	(423)	(508)
Efeitos no resultado do período					35.016	(113.817)	(262.647)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 216.932.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Notas Explicativas

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*").

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Notas Explicativas

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31 b). A Administração não identificou para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 10.972 (R\$ 8.010 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

(33) EVENTO SUBSEQUENTE

33.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em junho de 2021 a companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada a similaridade dos casos conforme descrito na nota 8.1 no montante de R\$ 4.087.795.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial e Diretor interino de
Assuntos Regulatórios

OSVANIL OLIVERIA PEREIRA
Diretor de Operações

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí
13024-001 - Campinas/SP – Brasil
Edifício Dahruj Tower
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Paulista de Força e Luz
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021.

Campinas, 8 de novembro de 2021.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2021.

Campinas, 8 de novembro de 2021.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras